

# *A problemática da moratória provisória*

A *mise-en-scène* já está claramente delineada: o Brasil está avisando seus credores que, à falta de condições, não mais pode honrar seus compromissos, informando-os, simultaneamente, que logo os procurará para obter (além dos recursos fornecidos pelos bancos internacionais ou regionais e as agências oficiais) cinco bilhões de dólares em *new money*. Cenário muito bem montado, ainda que tardivamente. Resta esperar que os atores estejam à altura do texto...

Lamentamos, em primeiro lugar, que os protagonistas principais — isto é, os credores — tivessem sido chamados a cena depois de todos, com o teatro já lotado. É verdade que aqueles já conheciam o texto, não se deixando enganar, assim, quanto à situação real das reservas cambiais brasileiras. Na realidade o tema da peça não podia ser outro: não se pode pedir a um devedor sem recursos a solvência de suas dívidas. A novidade reside no fato de que o Brasil não somente informa que não pagará durante 90 dias, como também pleiteia novos recursos, inicialmente previstos em 1,5 bilhão de dólares

mas hoje chegados à casa dos cinco bilhões. Há que reconhecer que os intérpretes deste drama terão de recorrer à sua capacidade de improvisação para adaptar-se às exigências do diálogo.

Cumpre colocar as "falas" no ambiente em que se desenrolam. O Brasil conseguiu que os credores prorrogassem por três meses o acordo expirado em dezembro. Isso significa que até 31 de março vindouro os bancos que respeitam seus compromissos terão de manter as linhas de crédito postas à disposição do País, valor este correspondente a 15 bilhões de dólares. Tais obrigações não mais existiriam se o Brasil se encontrasse em *default*, isto é, não pagando os juros. No entanto, o *default* só se oficializará se houver um atraso de 90 dias, pelo que teve o governo o cuidado de suspender apenas por esse período seus pagamentos, na esperança de, neste *intermezzo*, conseguir iniciar nova renegociação.

Pode-se prever que tais entendimentos, como aliás explicitou o próprio presidente do *Federal Reserve System* (banco central norte-americano), Paul Volcker, serão longos, di-

fíceis e tensos. A primeira tarefa dos negociadores brasileiros será, portanto, a de obter nova prorrogação, o que não traduzirá uma dispensa, uma vez que, esgotado o prazo de 90 dias, haverá de pagar os juros (com mora...). Não se pense, todavia, que, apesar de todas as precauções, não se façam sentir os efeitos negativos da moratória provisória.

Com efeito, é preciso esclarecer que, além dos 15 bilhões de dólares incluídos no acordo de renegociação do ano passado, o Brasil conseguiu obter linhas de crédito suplementares que dificilmente serão mantidas pelos bancos ao inteirar-se da decisão brasileira de suspender o pagamento dos juros. Assim, num momento particularmente delicado, ficaremos privados de recursos muito úteis para financiar importações ou exportações.

Os bancos credores estão conscientes de que não podemos pagar juros por faltar-nos, para tanto, os recursos: enfrentam assim um fato, não um ato de má vontade. As coisas mudam, entretanto, quando, em situação de total insolvência, passa-

mos a solicitar novos recursos. Os atores principais, em primeiro lugar, pretendem dialogar com pessoas capazes de dar-lhes réplicas à altura. Todavia, entendendo sem dúvida a nossa dramática situação, pedirão que o *script* seja reescrito, visando a garantias de êxito. Não pode o Brasil enfrentar seus credores sem apresentar um programa coerente no plano econômico. Ninguém pode admitir uma corrida sem fim entre preços e salários, tendente a hiperinflação e uma profunda recessão. Requer-se um avalista, porquanto não costumam os bancos assumir riscos excessivos. Estão prontos a aumentar sua *exposure* em relação ao Brasil, mas, ao saber da existência, no FMI, de dinheiro à nossa disposição, irão exigir que tais recursos entrem no plano de salvação do País.

Paul Volcker já emitiu seu alerta: o Brasil perdeu a confiança da comunidade internacional. No entanto, a peça que imaginamos exige mais de um ator, o que nos obriga a um diálogo com todos os protagonistas, assumindo papel que nos torna co-responsáveis pelo êxito da encenação.